



Ir para o conteúdo [1](#) Ir para o menu [2](#) Ir para a busca [3](#) Ir para o rodapé [4](#)

[ACESSIBILIDADE](#) [ALTO CONTRASTE](#) [MAPA DO SITE](#)

Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento



[Área de Imprensa](#) | [Acesso à Informação](#) | [Sistemas](#) | [Legislação](#) | [Ouvidoria](#) | [Biblioteca](#)

VOCÊ ESTÁ AQUI: [PÁGINA INICIAL](#) > [NOTÍCIAS](#) > [ESTADOS DEFENDEM MODERNIZAR LEGISLAÇÃO DE INSPEÇÃO](#)

Agro+

Animais de Estimação

Febre Aftosa

Integridade

Orgânicos

Plano Agrícola e Pecuário

SIF

NOTÍCIAS

Estados defendem modernizar legislação de inspeção

[Conseagri](#)

Assunto foi discutido durante reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Agricultura

Publicado: 21/06/2017 18h32

Última modificação: 21/06/2017 18h42



ASSUNTOS



Sustentabilidade

Assistência Técnica e Extensão Rural

Boas Práticas e Bem-estar Animal

Câmaras Setoriais e Temáticas

Cooperativismo

Noaldo Santos/Mapa



Brasília.

Os secretários estaduais de Agricultura defenderam, nesta quarta-feira (21), mudanças para modernizar a inspeção de produtos de origem animal. Eles querem autorização, por lei federal, para inspeção privada, com a permissão para que estados que adotam esses serviços possam comercializar os produtos dentro do país. O pedido foi apresentado durante reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri), em

A inspeção é tratada distintamente da fiscalização e da auditoria, ambas de competência exclusiva de governo. Diretor do Departamento de Saúde Animal do Mapa e presidente da Comissão Sul-Americana para a Luta contra a Febre Aftosa (Cosalfa), Guilherme Marques

Importação e
Exportação

Insumos
Agropecuários

Inspeção

Gestão de
Riscos

Laboratórios

Política
Agrícola

Relações
Internacionais

Registro de
Produtos e
Estabelecimentos

Saúde Animal
e Sanidade
Vegetal

Trânsito
Animal

Vigilância
Agropecuária

ACESSO À
INFORMAÇÃO 

Institucional

Ações e
Programas

Agendas de
Autoridades

Auditorias

Convênios,
Termos e
Acordos

Dados Abertos

Demonstrativos
Contábeis

Informações
Classificadas

Licitações e
Contratos

Participação
Social

ressaltou que trata-se de uma experiência já adotada no mundo inteiro e reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Um dos principais defensores da mudança é o Rio Grande do Sul. Seguindo modelos já adotados em Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul, o estado elaborou proposta de lei estadual para contratar inspeção privada para esses produtos. O governo gaúcho alega que, da maneira como está a lei federal atualmente, a comercialização, nesse caso, é limitada a municípios do próprio estado de origem.

O secretário-executivo do Mapa, Eumar Novacki, disse que o Mapa vai estudar o assunto.

Mais informações à imprensa:
Coordenação-geral de Comunicação Social
imprensa@agricultura.gov.br

registrado em:

Secretário executivo do Ministério da Agricultura

Eumar Novacki

Conseagri

inspeção

secretários de agricultura estaduais

[Embrapa](#)
[Enagro](#)
[Inmet](#)

[Ouvidoria](#)
[Serviço de informação
ao Cidadão SIC](#)

[Twitter](#)
[You Tube](#)

[Agronet](#)
[Acesso Restrito](#)
[Correio Mapa](#)

Sobre o site

[Mapa do Site](#)
[Vlibras](#)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Esplanada dos Ministérios - Bloco D - Brasília/DF - CEP: 70.043-900

Fone: (61)3218-2828

Atendimento ao Público: 0800 704 1995

2016 - Desenvolvido com o CMS de código

aberto Plone



Notícias

28/03/2014

Paraná e cinco estados defendem a padronização da inspeção sanitária estadual

A padronização dos sistemas de fiscalização e inspeção sanitária estadual dos produtos de origem animal foi um dos assuntos discutidos pelo Paraná e outros cinco estados durante o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) Regional Sul, realizado quarta-feira (26), durante a Feira Internacional de Proteína Animal, que aconteceu no Expotrade, em Pinhais. Participaram do debate os representantes do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Para o secretário estadual da Agricultura, Norberto Ortigara, a discussão entre os estados é extremamente importante. “É preciso ficar atento às questões de sanidade e boas práticas para construir soluções. Esta é uma oportunidade para gastar energia e unir conhecimento, com o objetivo de encontrar meios para que a nossa produção mantenha a chancela da qualidade e chegue aos mercados do mundo sem restrições”, afirmou Ortigara.

O Paraná, representado por sua Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), colocou em discussão a adesão de todos os Estados ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI). “O serviço de inspeção desses estados foi considerado equivalente, mas tenho a impressão de que esta equivalência não está sendo cumprida na sua totalidade. É preciso ter o mesmo critério, não basta apenas seguir os mesmos procedimentos”, apontou Inácio Afonso Kroetz, presidente da Adapar.

Segundo Kroetz, a adesão ao SISBI daria a garantia de que os produtos de origem animal consumidos em todo o território nacional possuem a mesma qualidade, uma vez que foram inspecionados sob os mesmos critérios. Desta forma, a fiscalização dos produtos inspecionados garantiria sua livre circulação entre os estados.

Opinião compartilhada por Enori Barbieri, representante da Defesa Agropecuária de Santa Catarina. “É preciso ter uma padronização nacional dos serviços feitos pelos estados, supervisionado pelo ministério. O produto consumido em Santa Catarina tem que sofrer a mesma fiscalização do produto feito em São Paulo, Paraná ou na Bahia”, acredita.

MODERNIZAÇÃO - Outro ponto destacado no fórum foi a necessidade de modernização do SISBI antes da adesão dos estados. “Estamos abertos à inovação, mas gostaríamos de

mais participação do Ministério da Agricultura para que possamos encontrar uma nova forma de inspeção sanitária para todos os estados”, apontou Eraldo Marques, representante da Defesa Agropecuária do Rio Grande do Sul.

Na visão do coordenador do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Leandro Feijó, este é o caminho a ser seguido em busca da melhoria dos serviços de sanidade agropecuária do país. “Estamos abertos a discussão sobre modernizar os procedimentos que a inspeção necessita para criar um padrão único que dê a segurança esperada pela população brasileira e que atenda aos requisitos sanitários dos diversos países com os quais nós temos relação comercial”, disse ele. “É um desafio importante, pois o SISBI é a porta de entrada para unir os conhecimentos das esferas federal e estadual para transferir acertos e erros na busca por um modelo ideal”, complementou.

No caso de Mato Grosso do Sul, o governo procura a melhor maneira de implementar o sistema brasileiro. “Estamos tentando nos adequar ao SISBI e temos sentido dificuldade. Mas essa troca de informações nos auxilia a tomar diretrizes, usando a experiência dos outros estados como nosso guia”, explicou a representante do Estado, Maria Cristina Carrijo.

DOENÇAS - O encontro também abordou outros temas, como ações conjuntas no controle à tuberculose e brucelose, e estratégias para a evolução do Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). “Neste fórum de discussão procuramos fazer uma integração entre os órgãos estaduais para ver a melhor forma de cumprir a legislação, propor alteração quando a lei estiver defasada. A troca de experiências e interação das ações fortalecem todos os serviços de defesa sanitária do país”, avaliou Nelmon Costa, integrante da defesa sanitária de Minas Gerais.

COESA - Pela manhã também foi realizada a reunião do Comitê Estadual de Sanidade Avícola. Houve a reeleição pelo mandato de dois anos do coordenador, Humberto Schiffer Cury, e do vice-coordenador, Irineu Dantes Peron. “A reeleição da coordenação demonstra que o Coesa está seguindo seus objetivos e cumprindo com a sua missão”, acredita Inácio Afonso Kroetz, presidente do Coesa.

CONFIRA A GALERIA DE FOTOS DESTA NOTÍCIA:



COMPARTILHE:



 Imprimir  Baixar

41 3313-4000

Secretaria da Agricultura e
Abastecimento

Para maiores informações entre em contato







Paraná e cinco estados defendem a padronização da inspeção sanitária estadual

Notícias

Postado em: 28/03/2014

A padronização dos sistemas de fiscalização e inspeção sanitária dos produtos de origem animal foi um dos assuntos discutidos pelo Paraná e outros cinco estados durante o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) Regional Sul, realizado quarta-feira (26), durante a Feira Internacional de Proteína Animal.

A padronização dos sistemas de fiscalização e inspeção sanitária estadual dos produtos de origem animal foi um dos assuntos discutidos pelo Paraná e outros cinco estados durante o Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) Regional Sul, realizado quarta-feira (26), durante a Feira Internacional de Proteína Animal, que aconteceu no Expotrade, em Pinhais. Participaram do debate os representantes do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais.

Para o secretário estadual da Agricultura, Norberto Ortigara, a discussão entre os estados é extremamente importante. "É preciso ficar atento às questões de sanidade e boas práticas para construir soluções. Esta é uma oportunidade para gastar energia e unir conhecimento, com o objetivo de encontrar meios para que a nossa produção mantenha a chancela da qualidade e chegue aos mercados do mundo sem restrições", afirmou Ortigara.

O Paraná, representado por sua Agência de Defesa Agropecuária (Adapar), colocou em discussão a adesão de todos os Estados ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI). "O serviço de inspeção desses estados foi considerado equivalente, mas tenho a impressão de que esta equivalência não está sendo cumprida na sua totalidade. É preciso ter o mesmo critério, não basta apenas seguir os mesmos procedimentos", apontou Inácio Afonso Kroetz, presidente da Adapar.

Segundo Kroetz, a adesão ao SISBI daria a garantia de que os produtos de origem animal consumidos em todo o território nacional possuem a mesma qualidade, uma vez que foram inspecionados sob os mesmos critérios. Desta forma, a fiscalização dos produtos inspecionados garantiria sua livre circulação entre os estados.

Opinião compartilhada por Enori Barbieri, representante da Defesa Agropecuária de Santa Catarina. "É preciso ter uma padronização nacional dos serviços feitos pelos estados, supervisionado pelo ministério. O produto consumido em Santa Catarina tem que sofrer a mesma fiscalização do produto feito em São Paulo, Paraná ou na Bahia", acredita.

MODERNIZAÇÃO - Outro ponto destacado no fórum foi a necessidade de modernização do SISBI antes da adesão dos estados. "Estamos abertos à inovação, mas gostaríamos de mais participação do Ministério da Agricultura para que possamos encontrar uma nova forma de inspeção sanitária para todos os estados", apontou Eraldo Marques, representante da Defesa Agropecuária do Rio

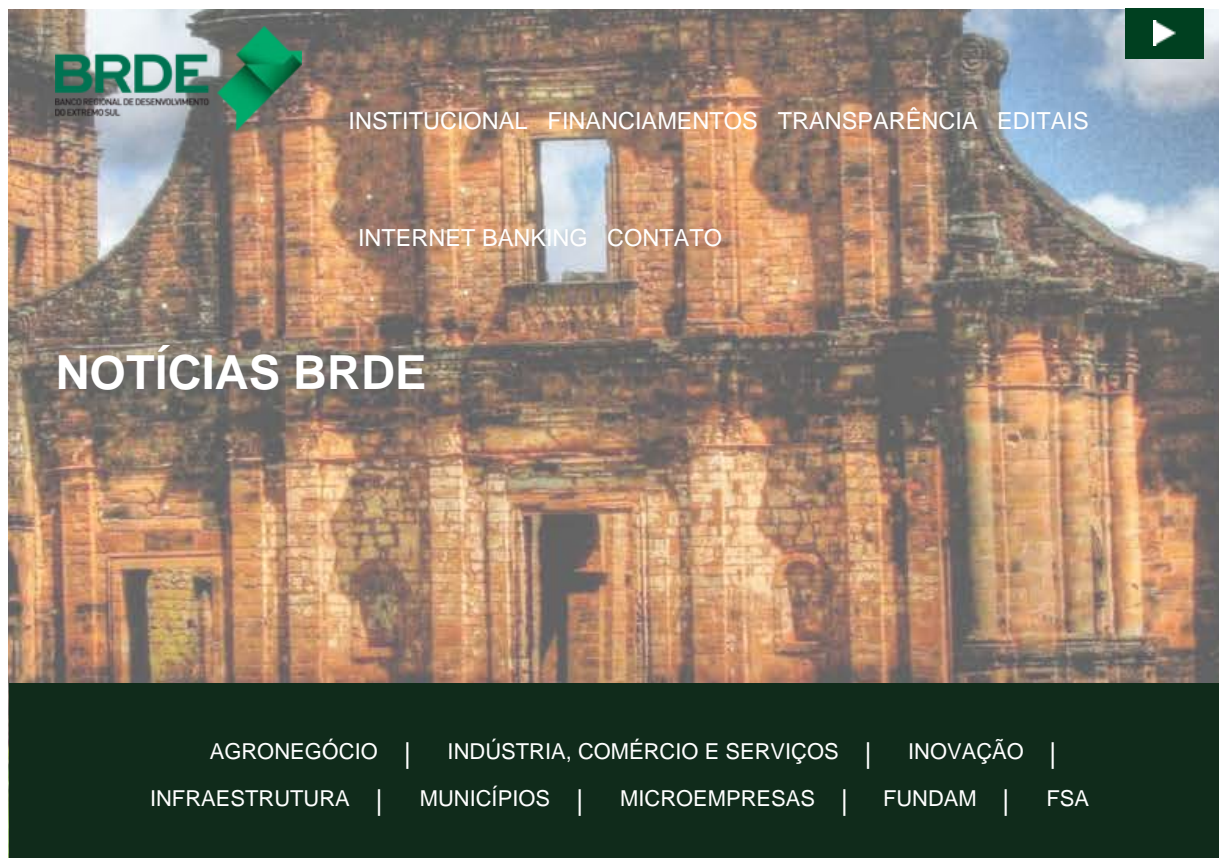
Grande do Sul.

Na visão do coordenador do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura, Leandro Feijó, este é o caminho a ser seguido em busca da melhoria dos serviços de sanidade agropecuária do país. "Estamos abertos a discussão sobre modernizar os procedimentos que a inspeção necessita para criar um padrão único que dê a segurança esperada pela população brasileira e que atenda aos requisitos sanitários dos diversos países com os quais nós temos relação comercial", disse ele. "É um desafio importante, pois o SISBI é a porta de entrada para unir os conhecimentos das esferas federal e estadual para transferir acertos e erros na busca por um modelo ideal", complementou.

No caso de Mato Grosso do Sul, o governo procura a melhor maneira de implementar o sistema brasileiro. "Estamos tentando nos adequar ao SISBI e temos sentido dificuldade. Mas essa troca de informações nos auxilia a tomar diretrizes, usando a experiência dos outros estados como nosso guia", explicou a representante do Estado, Maria Cristina Carrijo.

DOENÇAS - O encontro também abordou outros temas, como ações conjuntas no controle à tuberculose e brucelose, e estratégias para a evolução do Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa (PNEFA). "Neste fórum de discussão procuramos fazer uma integração entre os órgãos estaduais para ver a melhor forma de cumprir a legislação, propor alteração quando a lei estiver defasada. A troca de experiências e interação das ações fortalecem todos os serviços de defesa sanitária do país", avaliou Nelmon Costa, integrante da defesa sanitária de Minas Gerais.

COESA - Pela manhã também foi realizada a reunião do Comitê Estadual de Sanidade Avícola. Houve a reeleição pelo mandato de dois anos do coordenador, Humberto Schiffer Cury, e do vice-coordenador, Irineu Dantes Peron. "A reeleição da coordenação demonstra que o Coesa está seguindo seus objetivos e cumprindo com a sua missão", acredita Inácio Afonso Kroetz, presidente do Coesa.



Governadores assinam resolução para integrar inspeção de produtos de origem animal

09/02/2017 Por: Imprensa BRDE



Durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) nesta quarta-feira (8), no auditório do Show Rural Coopavel 2017, em Cascavel, os governadores do Paraná, Beto Richa, de Santa Catarina, Raimundo Colombo, do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, e de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, assinaram resolução sobre o projeto de lei que autoriza a equivalência dos serviços estaduais de inspeção de produtos de origem animal entre os membros da entidade.

“A inspeção sanitária integrada vai fortalecer a comercialização de produtos de origem animal entre nossos estados, facilitando e melhorando a vida dos nossos produtores, que terão ampliação e facilidade para comercializar os produtos”, disse o governador Beto Richa. O projeto de lei, que será enviado aos poderes legislativos dos estados, vai permitir o reconhecimento bilateral na fiscalização de produtos de origem animal. Isso significa que um alimento vistoriado em Santa Catarina não precisaria ser verificado novamente no

EVENTOS

[VER MAIS](#)

BLOG BRDE



BRDE FINANCIA INOVAÇÃO PARA MELHORAR A GESTÃO FINANCEIRA DO BRASILEIRO

Aumentar o conhecimento do brasileiro sobre a gestão...
[+ MAIS](#)

[VER MAIS](#)

SIMULE UM FINANCIAMENTO

Paraná, desde que seja feito um acordo entre os dois estados.

“Hoje há uma restrição de boa parte das pequenas e médias agroindústrias de venderem sua produção além do município ou do Estado. Com a auditoria cruzada nos quatro estados que compõem o Codesul, que é o que estamos propondo, poderemos abrir os horizontes mercadológicos”, disse o secretário da Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara. Para que uma empresa possa comercializar produtos de origem animal fora dos limites do município ou do estado, é preciso uma certificação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA).

“O que dificulta a certificação é que o governo federal exige que a inspeção das carnes seja feita por um veterinário do setor público, mas o problema é que não há funcionários suficientes para atender a demanda”, disse Inácio Afonso Kroetz, diretor-presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa). O projeto de lei assinado pelos governadores, caso seja aprovado, também vai dar aos estados e municípios a possibilidade de vistoriar seus produtos.



O BRDE analisa o seu projeto e encontra a melhor solução de financiamento.

SIMULAR

NUVEM DE TAGS

PROJETO RECURSO



VOLTAR

ACESSO RÁPIDO

Tarifas
Endereços
Licitações e venda de bens
Sala de Imprensa
Perguntas Frequentes
Demonstrações Financeiras

Internet Banking
Conveniadas
Concursos
Ouvidoria
Documentos e Roteiros
Incentivos Fiscais

ONDE ESTAMOS

PARANÁ
Curitiba
Cascavel
Toledo
Francisco Beltrão

SANTA CATARINA
Florianópolis
Joinville
Itajaí
Chapecó
Lages

RIO GRANDE DO
SUL
Porto Alegre
Lajeado
Caxias do Sul
Passo Fundo
Pelotas

RIO DE JANEIRO
Rio de Janeiro

MATO GROSSO DO
SUL
Campo Grande

NEWSLETTER

ASSINE NOSSA NEWSLETTER



 WEBMAIL

SIGA-NOS



TOPO

Desenvolvido por Dev2 Comunicação Integrada



NOTÍCIAS

Agronegócio

Secretários de Agricultura pedem ao ministro interino mudanças no sistema de inspeção

Segundo os dirigentes, é preciso atualizar a legislação

Por: **MAPA**

Publicado em 13/09/2016 às 17:30h.



2404 ACESSOS

Segundo os dirigentes, é preciso atualizar a legislação

Dirigentes do Forum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa) e secretários de Agricultura de vários estados se reuniram, nesta terça-feira (13), em Brasília, com o ministro interino Eumar Novacki (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Eles entregaram um documento pedindo mudanças no sistema brasileiro de inspeção agropecuária. As sugestões vêm de encontro ao programa Plano Agro+, lançado pelo Ministério da Agricultura no final de agosto, para desburocratizar normas e procedimentos do setor.

Os dirigentes do Fonesa destacaram que a legislação que trata do sistema brasileiro de inspeção é da década de 50 e se encontra, portanto, anacrônica e ineficaz. Entre os pontos de mudança apresentados ao ministro Eumar Novacki, estão a diferenciação entre fiscalização e inspeção dos estabelecimentos agropecuários.

Os secretários de Agricultura argumentam que houve um crescimento muito grande do setor agropecuário e que o estado brasileiro não consegue comportar. O secretário de Agricultura de Santa Catarina, Moacir Sopelsa, afirmou que, do jeito que a legislação se encontra, o estado está

atrapalhando o crescimento do agronegócio por não conseguir atender à demanda do setor. Essa posição foi ratificada por outros secretários presentes à reunião.

Pela sugestão apresenta ao ministro interino, médicos veterinários seriam credenciados a fazer a inspeção, sem que ocorram perdas do controle sanitário. O secretário de Agricultura do Paraná, Norberto Ortigara, salientou que o Brasil é um dos poucos países com uma legislação que exige a presença de um veterinário oficial contratado pelo estado para fazer a inspeção em todos os abatedouros. “Basta um funcionário entrar de férias para o sistema não funcionar”, disse.

Segundo ele, o maior interessado em ter seus produtos rigorosamente dentro dos padrões técnicos exigidos é a própria empresa, porque um descuido pode significar o fechamento do mercado. O credenciamento de veterinários para ajudar na fiscalização não tiraria o poder dos auditores fiscais federais agropecuários, já que, pela proposta apresentada, um profissional do Ministério coordenaria o trabalho.

Novacki pediu que o Fonesa designe um interlocutor junto ao Ministério para discutir as mudanças necessárias e as soluções. “Vamos estudar juntos qual a legislação que precisamos atualizar, se é decreto, instrução normativa, portaria, para agirmos rapidamente. Esse assunto está entre as prioridades do ministro Blairo Maggi”, assegurou. Ainda segundo Novacki, a determinação do ministro Blairo Maggi é buscar alternativas que tornem o serviço mais eficiente sem perder a segurança sanitária brasileira, que está entre as melhores do mundo. Novacki lembrou que os Estados Unidos, que são muito exigentes, acabam de fechar acordo para a compra de carne bovina in natura do Brasil.

VEJA TAMBÉM

Exportações do agro atingem US\$ 8,4 bilhões em outubro



Copyrights © 2019 Todos os direitos reservados

[Termos de uso](#) / [Política de privacidade](#)

contato@agrolink.com.br

dfd15a09-201c-45f5-9883-d3859f806692

Política **Paraná**

| carne fraca

Maior parte dos “fiscais da carne” é contratada pelos próprios frigoríficos

Sem estrutura e funcionários em quantidade suficiente, Ministério da Agricultura conta com “olheiros” das próprias empresas na linha de abate



Fonte: Jonathan Campos/Gazeta do Povo/Arquivo

Início

Busca

Newsletter

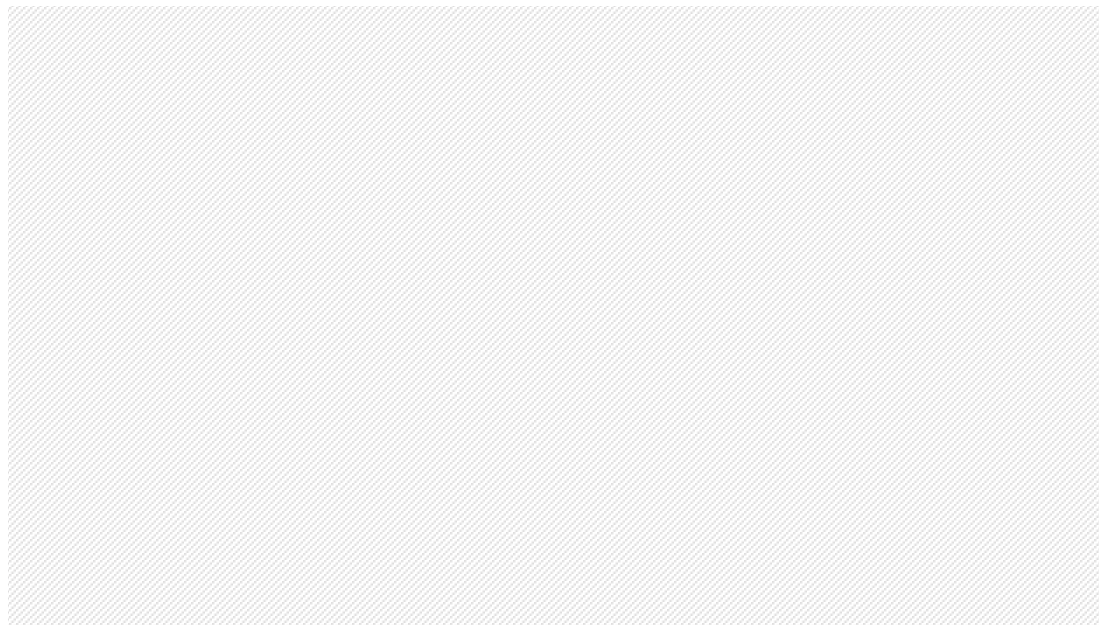
Compartilhar

Há uma série de procedimentos que devem ser realizados, com precisão, em uma linha de abate num frigorífico para que a carne não seja contaminada ou tenha qualquer aspecto prejudicado. No momento da chamada evisceração, quando os órgãos internos são retirados, são necessários cuidados especiais para que o intestino não fure, por exemplo. Também é crítico o processo de retirada da pele, para que não haja contato das sujeiras externas com a carne. E mesmo a tempo mínimo de refrigeração e as temperaturas são critérios que fazem parte de normas técnicas para cada tipo de carne e corte.

[INFOGRÁFICO: Entenda o sistema de fiscalização agropecuário](#)

Não há um fiscal do Ministério da Agricultura acompanhando, o tempo todo, o que é feito na linha de produção. Esse trabalho foi, de certa forma”, terceirizado. Assim, as próprias empresas contratam auxiliares administrativos que acompanham a produção e fazem relatórios – que depois são conferidos por fiscais concursados do Ministério da Agricultura. Dependendo do porte do frigorífico, até 80 empregados têm essa função. Assim, são pagos pela empresa, mas respondem diretamente ao ministério.

Publicidade



Mas, há quem coloque em dúvida a isenção de alguns desses funcionários, chamados de “102”, apelido em função do artigo da legislação que estabeleceu esse tipo de atuação. Confira o que disse sobre o assunto [Daniel Gouvêa Teixeira](#), delegado sindical que denunciou irregularidades à Polícia Federal, desencadeando a [Operação](#)

Carne Fraca.

Como vê a contratação de funcionários pelos próprios frigoríficos para inspecionar o abate?

É uma prática desde a década de 50, com a colocação de auxiliares administrativos, porque o ministério não consegue bancar 70, 80 funcionários por frigorífico. Mas cria situações como a do Flavio Cassou [preso durante a Operação Carne Fraca], que já tinha atuado no ministério, teve o contrato cancelado e depois a JBS o colocou como auxiliar de inspeção.

Há isenção no trabalho feito por esses fiscais contratados?

O funcionário da empresa não vai colocar o serviço à frente de quem paga o seu salário. A gente vê uma relação conflituosa aí. A gente não considera ideal. O funcionário da própria empresa que vão gerar prejuízos para a empresa. Passei por casos de pessoas comprometidas, que até perderam o emprego porque faziam tudo certo. Mas às vezes a gente descobre coisas que os funcionários maquiavam para esconder. Mas a gente não descobre tudo.

Mas havia a prerrogativa de trocar o funcionário?

Sim, há um decreto sobre isso, para solicitar a substituição a qualquer momento. Já encontrei situações assim e tirei da função. Mas a gente espera que esse tipo de contratação acabe logo. Porque o ministério está passando por atualização e isso deve ser retirado ao máximo até o ano que vem. É preciso entender que o agronegócio brasileiro só cresceu em função do Ministério da Agricultura. Quando os mercados externos começaram a ser abertos, a partir da década de 60 e 70, os países importadores fizeram exigências. Mas esse serviço modelo o ministério nunca teve. Teriam de ser concursados, mas aí fecha o frigorífico e vai fazer o quê? Demitir todo mundo? Mas com a evolução do setor isso está melhorando. Hoje é necessário, mas estão sendo criadas ferramentas para acabar com isso.

Fiscalização da carne

QUEM FISCALIZA?

A nível municipal

SIM

Serviço de Inspeção
Municipal

A nível estadual

SIP

Serviço de Inspeção
do Paraná

A nível federal

SIF

Serviço de Inspeção
Federal

Atua na fiscalização
do abate e
comercialização
entre
estabelecimentos no
mesmo município

Atua na fiscalização
do abate e
comercialização
entre
estabelecimentos de
cidades distintas no
mesmo estado

Atua na fiscalização
do abate e
comercialização
entre
estabelecimentos de
estados distintos ou
exportação para
outros países

É uma atribuição exclusiva de médicos veterinários.

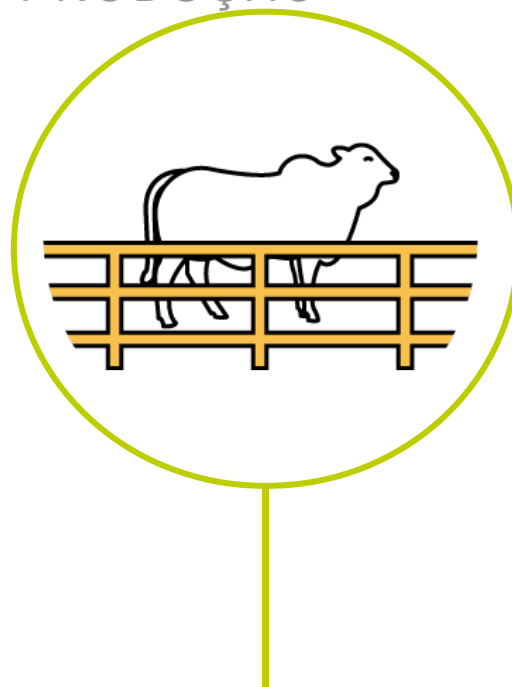
NA LINHA DE PRODUÇÃO

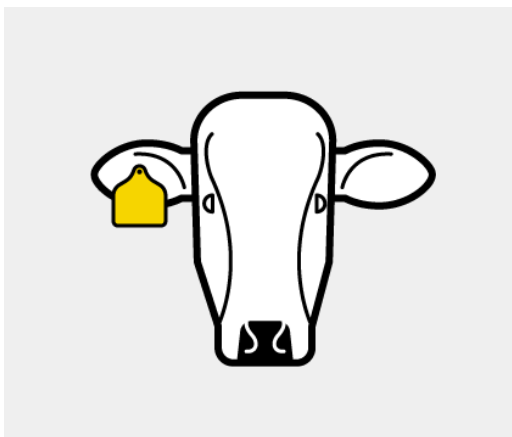
Nas Fazendas

Checam se os animais foram
vacinados

Sistema de rastreabilidade da carne – Sisbov

Ainda na
fazenda os
bezerros
recebem um
brinco que os
identificam.





No transporte

Também é fiscalizado



No frigorífico

Fiscalizam se cada produto (carnes, derivados, processados e in natura) segue as respectivas normas técnicas.

São responsáveis pela verificação da veracidade dos relatórios emitidos pelos frigoríficos. Em caso de irregularidades os fiscais fazem autuações.



“102”

É o apelido dado aos funcionários contratados pelo frigorífico para acompanhar todos os passos do abate. São subordinados ao Ministério.

Sisbov

Após o abate os relatórios da

produção devem ser todos relacionados ao número do SISBOV da carcaça, desde a desossa até a expedição das carnes.

O sistema permite descobrir em qual etapa ocorreu alguma irregularidade.

No transporte

Também é fiscalizado



Quem fiscaliza?

Vigilância Sanitária

Órgão municipal

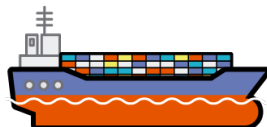
Responsável por fiscalizar a qualidade da carne, analisam o produto já exposto para venda.



PARA EXPORTAÇÃO

Por lote

Toda vez que uma carga de carnes sai do Brasil é emitido um certificado.



Um fiscal no Brasil analisa a carga e assina um certificado que garante que as especificações técnicas foram atendidas e o produto está em condições de consumo



Na chegada um fiscal confere as condições do produto de acordo com as exigências do país

Habilitações específicas

Quem cumpre apenas as regras básicas fica na chamada Lista Geral.

Mas alguns compradores fazem exigências específicas. Para verificar se esses critérios estão sendo cumpridos missões de auditoria são realizadas periodicamente pelos interessados em comprar a carne brasileira.

Exemplos de habilitações específicas:

- Kosher - abate judaico
- Halal - abate islâmico
- União Europeia
- Rússia



O seu apoio mantém o jornalismo vivo.

O jornalismo tem um papel fundamental em nossa sociedade. O papel de informar, de esclarecer, de contar a verdade e trazer luz para o que, muitas vezes, está no escuro.

Esse é o trabalho de um jornalista e a missão da Gazeta do Povo. Mas para isso, nós precisamos de você e do seu apoio, pois juntos nós podemos, através de matérias iguais a essa que você acabou de ler, buscar as transformações que tanto queremos.

[Apoie o jornalismo da Gazeta do Povo](#)

Já é assinante? Faça login.

Como você se sentiu com este conteúdo?

0

SURPRESO
0%

CHATEADO
0%

MEDO
0%

INSPIRADO
0%

NÃO LIGO
0%

RAIVA
0%

TRISTE
0%

FELIZ
0%

COMUNIQUE ERROS

» Sobre a Gazeta do Povo

Principais Manchetes

Lava Jato sofre derrota com Lula solto. E outras mais podem vir por aí

Lula ataca Bolsonaro e diz que se esquerda “trabalhar direitinho” pode vencer em 2022

Após Lula ser solto, manifestantes pressionam o Congresso por mudança na lei

Viagem marcada para o Nordeste? O que fazer por causa do óleo nas praias

Maior parte dos "fiscais da carne" é contratada por frigoríficos

